



CONTROLE SOCIAL & OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Gil Castello Branco

9 de novembro de 2017

A evolução do controle social e da transparência

Algumas iniciativas de destaque relacionadas ao controle social

A relação das Organizações Sociais com os Tribunais de Contas

O aprimoramento dos Tribunais de Contas

A evolução do controle social e da transparência

Expressões no texto original da Constituição



Controle Externo: 6 vezes

Controle Interno: 4 vezes

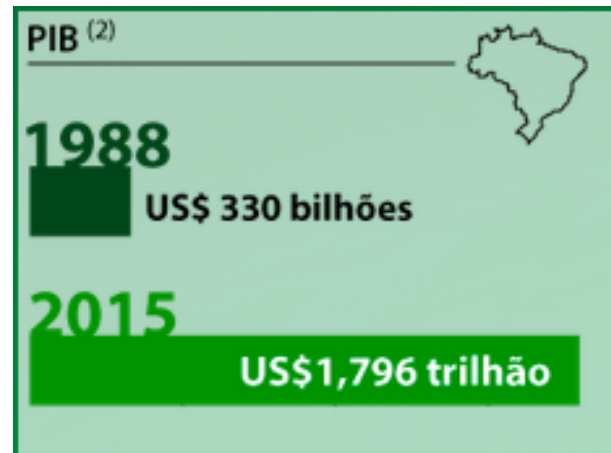
Controle Social: 0

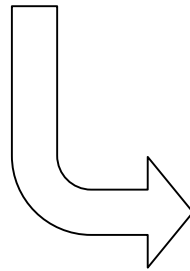
Transparência: 0

Sociedade Civil: 1 vez

Observação a E.C. 71, de 2012, incluiu as expressões Controle Social (1 vez), Transparência (1 vez) e Sociedade Civil (4 vezes)

O Brasil de 1988 e de 2017





JORNAL DO BRASIL Política e Governo quarta-feira, 28/8/91 □ 1º caderno r. 5

Documentos oficiais desmentem explicações de Rosane

Mário Rosa

CANAPI, AL — A nota oficial divulgada pela presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), na noite de segunda-feira, é desmentida por documentos que registram a contabilidade do órgão no ano passado. No comunicado a LBA contesta a informação de ter pago 20% a mais pela aquisição de cestas básicas. De acordo com a nota, as cestas teriam sido adquiridas por Cr\$ 2.037,00. De fato, esse é o valor que consta da documentação oficial, mas não foi o efetivamente desembolsado pela entidade.

As 16h16 do dia 21 de dezembro, pelo empenho 90 NE 0973 lançado pela funcionária Maria Lúcia Silva de Freitas, a LBA de Alagoas abriu crédito de Cr\$ 378.882.000 à empresa Cesta do Trabalhador, referente "ao fornecimento de 186 mil cestas básicas de alimento, valor unitário Cr\$ 2.037,00 destinados aos municípios deste estado". A divisão do montante pela quantidade de cestas resulta num valor unitário de Cr\$

No dia 21 de dezembro, a LBA abriu crédito de Cr\$ 378.882.000,00 para adquirir 186.000 cestas básicas sem licitação. A divisão desse valor pelo número de cestas resulta no preço unitário de Cr\$ 2.037,00

Cinco dias depois, a LBA reservou Cr\$ 1.116.276,00 para comprar 548 cestas básicas, também sem licitação. O montante corresponde à multiplicação do número de cestas básicas (548) pelo valor unitário de Cr\$ 2.037,00

BRASÍLIA — O deputado José Dirceu (PT-SP) leva hoje à Justiça mais quatro representações contra a LBA — duas por irregularidades cometidas em Alagoas, baseadas em denúncia do JORNAL DO BRASIL, e duas no Rio. Cinco representações contra a LBA já haviam sido encaminhadas por ele. As novas denúncias precipitaram a criação de uma CPI para investigar as denúncias contra a gestão Rosane Collor. Mesmo deixando o cargo, a primeira-dama terá que depor na Câmara, que deve votar em breve a criação da CPI. Faltam apenas o apoio dos líderes do PMDB e do PSDB. O deputado Cleto Falcão (AL), líder do PRN na Câmara, considerou a atitude "vingança" e vai tentar evitar a aprovação em plenário.

A ministra Margarida Proença, da Ação Social, poderá ser enquadrada por crime de responsabilidade, se for confirmada a versão de que ela se recusou a depor na Comissão de Segurança Social. No Senado, as denúncias do JORNAL DO BRASIL voltaram ontem a ocorrer a

Rosane: com o Pará, ontem, unco despacho oficial

Fundo Social de Emergência: goiabada cascão

___ **SIAFI95**-ORCAMENTO-CONSULTAS-LISTNE (LISTA EMPENHOS DA UG)_____

DATA EMISSAO : 06ABR95 DATA LANCAMENTO : 06ABR95 USUARIO : CARLOS

NUMERO : 95NE00798

UG EMITENTE : 110001 - DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRACAO/PR

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

CGC/CPF/UG CREDOR: 72618531000153 - VOLB EXP. IMP. CONSULTORIA E REPR. LTD

GESTAO CREDOR:

EVENTO : 400091 - EMPENHO DA DESPESA

| | PROGRAMA DE | FUNTE | NATUREZA | PLANO | | | |
|--------|-------------|--------------|-------------------|-------------------|----------|-----|---------|
| PTRES | ESF | UO | TRABALHO | RECURSO | DESPESA | UGR | INTERNO |
| 122025 | 1 | 20101 | 15078048640890004 | 0199000000 | 34903000 | | 110033 |

LANCADO POR : SILVANE LOPES DA SILVA

EM : 06ABR95 AS 11:35

ITEM DESCRICAO

001 01 - FORNECIMENTO DE GOIABADA EM LATA CASCAO.



VALOR300,00

Exemplo de Empenho

(18 de agosto de 1995)



NUMERO: 95NE00353

DATA EMISSÃO : 18AGO95

*COMANDO DO COMANDO MILITAR DO LESTE
HIPER GULLO GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.*

| <u>DESCRIÇÃO</u> | <u>VALOR (R\$)</u> |
|---|--------------------|
| 12 VIDROS DE SUCO DE TOMATE | 13,20 |
| 1.920 GARRAFAS CERVEJAS 600 ML | 1.728,00 |
| 48 UNID.WHISKY NACIONAL 1.000 ML | 580,80 |
| 90 UNID.OVO DE CODORNA CX C/30 | 117,00 |
| 40 UNID.BACON FATIADO PCT 250 GR | 88,00 |
| 24 UNID.LEITE CONDENSADO 395 GR | 26,40 |
| 24 UNID.CACHACA 1.000 ML | 42,00 |

Década de 1990

PÁGINAS 11 e 18: Relatório da Telebrasil mostra 25 telefonemas do juiz Nicolau para Luiz Estêvão / Juiz vai em defesa do senador / PÁGINA 14: Governo de Pernambuco insiste em não resgatar títulos emitidos por Arraes. / PÁGINA 18: Juiz decreta prisão temporária de quatro segurança de PC Farias. / PÁGINA 19: Creche a incidência de câncer de mama entre os homens.

BRASIL

ESPECIALISTAS EM MONITORAR GASTOS DO GOVERNO GANHAM PRESTÍGIO NA CÂMARA E NO SENADO

SHERLOCKS DO CONGRESSO

Denise Rothberg, Leonardo Cavonius e Selo Nazareno em sessão de Câmara

Em vigília ao monitoramento do dinheiro público, instalados em gabinetes da Câmara dos Deputados, seis conselheiros ou investigadores investem os mesmos recursos do Sisti — Sistema Integrado de Administração Financeira, um banco de dados informatizado que controla a saída de cada centavo dos cofres da União. O acesso a essas informações é restrito a parlamentares, órgãos do Poder Executivo e Tribunal de Contas da União (TCU).

Dentro do Congresso, existem cinco ou seis pessoas que são realmente especialistas no sistema. Vivendo em núcleos e quase sempre gradados em salas de computadores, trabalham para deputados e senadores da oposição. Um dos mais antigos neste tipo de atividade são os congressos e o economista Gil Castelo Branco, 48 anos, há oito trabalhando nessa função de Sherlock. "A história que invento para democratizar o acesso ao Sisti ainda está por se montar", diz.

Gil chegou ao Congresso no início de 1992 para assessorar o deputado Augusto Cardozo (PT-DF), depois de onze anos de trabalho no Poder Executivo. O Sisti foi implantado em 1987, mas as informações sobre gastos efetivos só começaram a ser lançadas oficialmente a partir do governo Fernando Collor, em 1991. Como Gil tinha sido secretário de Patrimônio da União, sabia que aquele sistema tinha muita coisa de informações no Executivo. Instalado em Sisti, ficou surpresa ao encontrar e alguns senadores que mais atenção, requisitaram sembas individuais para o sistema.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi pioneiro. Suplicy e o estudante assessoral — na época formado por Selo e Sérgio Cardoso — desistiram essas investigações. Do seu gabinete saíram as primeiras informações sobre gastos cobrados em dois tempos de Collor na Presidência da República. Os deputados não tinham acesso ao sistema. Augusto, alertado por Gil, brigou e conseguiu levar o sistema aos conselheiros da Câmara.

"Da para cá, o número de saídas aumentou e o preço delas também. Mesmo que o deputado não se recusa, o assessor geralmente em Sisti tem empresa geradora. O passo de Gil, por exemplo, foi distanciar por diversos deputados de que Augusto Carvalho não se recusa. Mas ele apenas Agnelo Queiroz (PC do B-DF). No episódio, sabemos que quem chegou à sociedade e não



que nunca aparecem nos jornais. "Quando a pista é descoberta imediatamente pelo técnico do gabinete, passamos a informação para todos os jornais", explica Tonelli. "Agora, quando uma determinada suspeita é levantada pelo próprio trabalho, mantemos o sigilo sobre a busca de informações", completa. Militante do PC do B, ele diz que o seu trabalho é independente das associações ligadas à Câmara e do partido. "Funciona como um grupo de trabalho de investigação". Cada assessor quando com trabalho a grande notícia que entra do Sisti. Gil, por exemplo, lembra Augusto Car-

valho e demascarar a chamada Fundação Social de Engenharia (FSE). "O governo vendia a lista com o objetivo para obter o crédito e na verdade queria ir para o exterior e receber o dinheiro", diz Tonelli. "Quando descobri a venda de títulos ao estrangeiro, fui ao governador e falei com ele. Ele me pediu para aplicar onde quisera. Achamos um gôndola carido no Prédio da Fazenda Copacabana com o curso do FSE. O governo teve que mudar o nome da fundação, mas não mudou o nome da fundação". Este é a história jornalística de informações disponíveis a partir de informações do Sisti para a vez, uma outra construção em seu momento.

LIBERDADE O maranhense Manoel Brito, 30 anos, é outro especialista no Sisti. Como assessor do ex-deputado Paulo Bernardo (PT-PA) durante cinco anos, ele foi responsável pela descoberta de que municípios castigados pela seca deveriam ter beneficiados com recursos federais simplesmente não receberam um centavo. Com Paulo Bernardo derrotado nas eleições, Brito passou a trabalhar no gabinete do deputado Doutor Bonfatti (PT-PA).

Instalado em conselheiro, Brito, simpatizante do PT, diz que dificilmente trabalharia para um parlamentar que não fosse do partido. "A minha opção é o PT. Você tem mais liberdade de ação", explica. O conselheiro de trabalho de Brito são as informações do Processamento de Dados do Senado Federal (Prodatex), da consultoria de orçamento da Câmara e o próprio Sisti. "A partir das solicitações do parlamentar, identificamos cada passo das verbas com base nas vezes três grandes bases de dados". "Ficamos sobre a dificuldade de acessar trabalho, ele é direto". "Uma pessoa iniciada pode muito bem se dar conta".

O governo decidiu retirar do Sisti o período entre 1992 e 1994. Para ter acesso a esses dados, é preciso fazer uma solicitação oficial ao Executivo. No gabinete de Sérgio Miranda (PC do B-MG), o assessor Flávio Tonelli, delegado grande parte da monitoria de um dos mais importantes deputados, afirma que não tem acesso ao Sisti. "Foi a primeira vez que eu fui informado de que o Sisti não estava funcionando e eu não sabia", diz. "Foi a primeira vez que eu fui informado de que o Sisti não estava funcionando e eu não sabia".

Este é a história jornalística de informações disponíveis a partir de informações do Sisti para a vez, uma outra construção em seu momento.

REVELAÇÕES

Assessor que nada do orçamento deste ano, passando quatro meses programando saídas entre janeiro e março menos de 10% do previsto.

FANTASMAS

Em 1993, quando uma CPI investigava investimentos feitos por parlamentares da Comissão do Orçamento, o deputado no Sisti permitiu descobrir detalhes enviados para entidades benéficas e instituições ligadas aos deputados suspeitos.

CRISTAS

Foi pelo Sisti que descobriu-se no ano passado que, apesar da crise e da propalada construção de gasodutos, o governo estava aplicando R\$ 17 milhões na compra de gás de etano, modalidade de custo 40% superior ao previsto de utilização de etano.

SECA

O Sisti mostrou no ano passado que parte da dívida denominada em contrato no dia 27/10/96, como a seca, estava sendo utilizada para atender a demanda do deputado.

INFÂNCIA

O Sisti mostrou que nos primeiros seis dias do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, Antônio Lacerda havia recebido R\$ 4,3 milhões do governo para a construção de uma escola municipal de educação infantil durante o ano.

FSE

Descobriu-se que a Fundação Social de Engenharia de São Paulo não tinha sido criada para atender a construção do Parque do Povoado. O plano mudou de nome.

MARGARIDA

O Sisti foi fundamental no levantamento de informações que levaram à condenação de Margarida Comberi, o governador de Pernambuco, a uma empresa Novotek Engenharia.

ASSASSINA

No ano passado constata-se, graças ao Sisti, que a empresa da cientista polonesa Anabela Cavonius havia recebido R\$ 4,3 milhões do governo para a construção de uma escola municipal de educação infantil durante o ano.

SOCIAL

Descobriu-se pelo Sisti em abril deste ano que, apesar da crise e da propalada construção de gasodutos, o governo estava aplicando R\$ 17 milhões na compra de gás de etano, modalidade de custo 40% superior ao previsto de utilização de etano.

ELEIÇÕES

Licenciamento feito no Sisti levou o

Os caçadores de escândalos escondidos

Ana Beatriz Magno Do equipe do Correio

O economista Francisco Gil Castelo Branco abre um sorriso ao tentar decifrar a nota de empenho número 01653.

Foi com ela que, no último dia 2 de junho, o governo pagou R\$ 300,00 pelo transporte de um plano de castelo do Itamaraty até o Palácio do Planalto. Foram oito saltinhos mínimos por 600 metros.

"É o transporte mais caro que já vi. Fazia por duzentinhos e ficava satisfeito", brinca Gil, que defende duas crenças: a dos míseros e a do Sistema Integrado de Administração Financeira (Sisti).

Nos terminais do Sisti, um programa que registra todos os gastos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — o caríssimo Gil garimpou o caso do piano e outras centenas de histórias semelhantes.

Algumas delas: petecas coloridas e cortes de feitor verde para mesas de stívia, compradas pela Presidência da República. Ou 1,2 mil barras de chocolate, 428 quilos de pão doces e 228 quilos de mousses de alho, entregues ao Ministério da Aeronáutica.

Facédulos — Coletores escândalos é o ofício de Gil. Uma quase obsessão na vida desse assessor parlamentar, que há três anos trabalha no gabinete do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) e passa oito horas

por dia vasculhando o orçamento da União.

Pai de Três filhos, 42 anos, Gil herda do tio-avô, o ex-presidente Castelo Branco, a obsessão pelo controle do dinheiro público.

Segundo ele, Castelo não aceitava gastar recursos da União sequer para jantares oficiais.

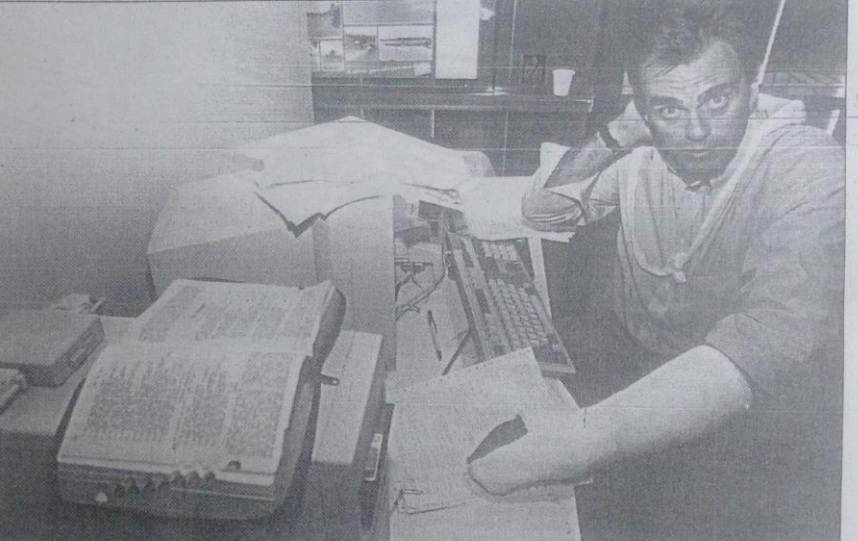
Gil, por sua vez, não consegue engolir os míseros R\$ 40,00 que o Ministério da Aeronáutica gastou, no último dia 20 de fevereiro, com a compra de mil caixinhas de chiclete Adams.

Informática — "Estão mastigando o dinheiro público", acusa o economista, cercado de notas de empenho retratadas do Sisti, uma parafinada informatizada que ele vasculha como quem não tem nenhum outro dos 513 gabinetes da Câmara dos Deputados.

Como concorrente apenas Edwidge Cardoso, engenheira eletrônica e assessora do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Viúda em trabalho, Edwidge é a pupila do Sisti no Senado.

Vive abastecendo Suplicy de números e denúncias retirados do sistema. "Desde a posse de Fernando Henrique, o governo já investiu em 668 projetos sem autorização do Legislativo", diz Edwidge, com um currículo recheado de alguns bons escândalos pescados no Sisti. O melhor e mais famoso foi o que gerou a CPI do Orçamento.

Carlos Eduardo



Gil Castelo Branco: "Desde a posse de Fernando Henrique, o governo já investiu em 668 projetos sem autorização do Legislativo"

"Liberdade para trabalhar"

CURIOSIDADES Prioridade

De outro do Sisti correu risco de ficar desempregado se o Senado aprovar um projeto de lei que altera para consulta pública os dados sobre a execução do orçamento dos entes federados, estaduais e municipais. O projeto de autoria do senador Eduardo Dutra (PT-PA), ganhou um substitutivo de Iria Bezerra (PMDB-GO) e está sendo analisado no Comitê de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Dutra havia apresentado o projeto em 1991, mas como não foi votado na CCJ até dezembro de 1998. Final de período legislativo, acabou perdendo a validade. Isso levou Dutra a reapresentar o projeto em março deste ano. "A utilização do Sisti criou condições ótimas para o controle das despesas públicas e acompanhamento da execução orçamentária" — diz a justificativa do projeto.

Ar producer seu parecer para o CCJ, em dezembro ampliou o projeto. Pró-substituto do senador prietário — assegurando a todo cidadão o direito de informações detalhadas que permitem analisar a execução orçamentária da União quanto às unidades da Federação e relacionar o substitutivo às emissões na sua em recibo da CCJ desta semana, mas o senador Sérgio Moucha do (PPS-GO) pediu prazo. Não está ainda definido quando o substitutivo vai ser votado. (OJ)

O Sisti foi colocado em funcionamento em janeiro de 1992. Igualmente no ano anterior. O atual secretário do Tesouro Nacional, criada no ano anterior. O atual secretário do Tesouro Nacional, criada no ano anterior.

governo de Fernando Collor de Melo (PRL), o sistema foi muito usado por parlamentares do PT para fiscalizar os gastos da União.

O projeto de Dutra permitiu que o governo estadual do Distrito Federal, assembleias legislativas, câmaras municipais, tribunais de contabilidade e dos estados, integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, universidades, órgãos de empresas, entidades de classe e organizações não-governamentais passassem a ter acesso ao Sisti.

Controle Social nos Municípios

(Amarribo Brasil, criada em 1999)



Transparência Brasil

(criada em abril/2000)



Principais leis sobre transparência

- ✓ Lei da Responsabilidade Fiscal
(LRF, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

- ✓ Lei Complementar 131
(promulgada em 27/05/2009). Decreto nº 7.185, de 27/05/2010.

- ✓ Lei de Acesso à Informação
(Lei nº 12.527, de 18/11/2011). Decreto nº 7.724, de 16/05/2012.

Algumas iniciativas de destaque relacionadas ao controle social



- ✓ (em licitação, em contratação, em obra, concluída).



- ✓ para visualização das obras pela internet.



Administração
Pública

- ✓ interação governo/sociedade para denúncias de problemas e má qualidade dos serviços, gerando demandas a serem analisadas/atendidas pelo governo



hospital



- ✓ plantões hospitalares, policiais, farmácias, etc

Acessibilidade Fiscal e Digital. LAI →

Aplicativos cidadãos

LC 131

Transparência Brasil

Fiscalização de obras de creches e escolas



Monitoramento de licitações e obras



Gastos dos deputados serão divulgados na internet 18/02/2009

Brasília - Conhecida caixa-preta do Congresso, a prestação de contas dos parlamentares referente ao uso da verba indenizatória será parcialmente revelada. Pressionada pela suspeita de irregularidades na prestação do deputado Edmar Moreira (sem partido-MG), a Mesa Diretora da Câmara decidiu ontem tornar públicos os dados dos comprovantes das despesas pagas com a verba de R\$ 15 mil mensais.

Mas os CNPJs dos fornecedores, espécie de identidade das empresas, que facilita o rastreamento e identificação dos proprietários dos negócios, não serão revelados. O portal também não vai reproduzir a nota fiscal da empresa e não serão retroativas, “anistiando” eventuais fraudes cometidas.

O especialista em gasto público Gil Castelo Branco, do site Contas Abertas, considerou a transparência parcial.



7 de setembro de 2016

Maratona de Transparência



Dezembro/2015

Hack Fest





<http://vidinhadebalada.com/#/>

RODRIGO MAIA
 RJ / DEM
 DepRodrigomaia
 dep.rodrigomaia@camara.gov.br
 3215-5308

LC 131

Valor gasto durante o atual mandato
R\$ 956.113,35

Como usou a cota?
Limite mensal de R\$ 35.760,00

| | | |
|---|--------------------------------------|--|
| | | |
| R\$ 1.912,73 Alimentação | R\$ 45.705,59 Combustíveis | R\$ 159.116,67 Locação de veículos |
| | | |
| R\$ 206.919,10 Passagens aéreas | R\$ 96.093,49 Escritório | R\$ 349.420,00 Divulgação |

Empresas parceiras
Quais empresas são as mais queridinhas do deputado?

| | | |
|---|---|-----------------------|
| 1 | LARA GARCIA MUELLER COSTA - ME | |
| | CNPJ 17.490.926/ 0001-05 | R\$ 280.000,00 |
| | Categorias: Divulgação de atividade parlamentar | |
| 2 | TAM LINHAS AÉREAS. | |
| | CNPJ 02.012.862/ 0001-60 | R\$ 140.920,35 |
| | Categorias: Passagens aéreas | |
| 3 | RJ LOCADORA DE VEICULOS LTDA EPP | |
| | CNPJ 05.132.231/ 0001-72 | R\$ 100.100,00 |
| | Categorias: Locação de veículos | |



<http://quebraquebra.lsd.ufcg.edu.br/>

Contas Abertas e as “Emendas Parlamentares”

The New York Times

“In June and July, according to the government watchdog group Open Accounts, the government awarded more than \$1.3 billion in discretionary funding.”

theguardian

“According to Open Accounts, a Congress watchdog, Costa’s home state received \$2.14m in government funding in June and July.”

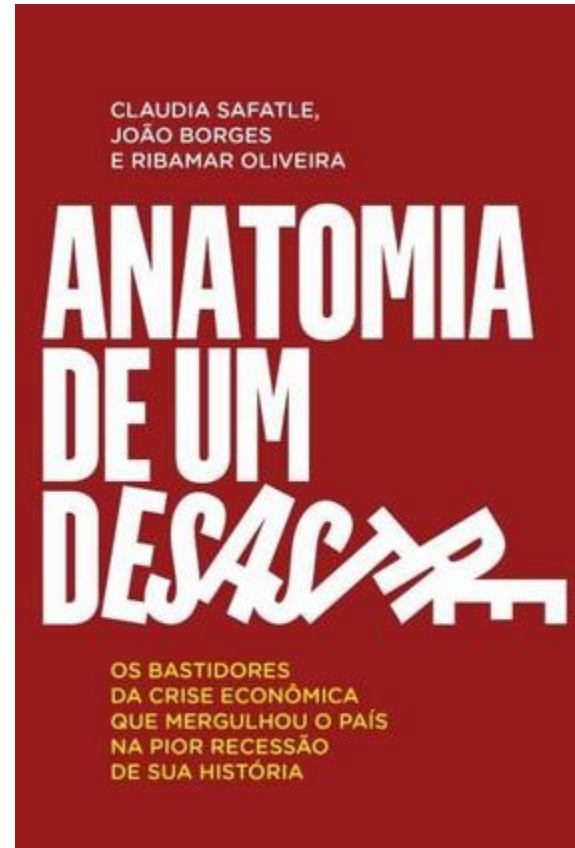
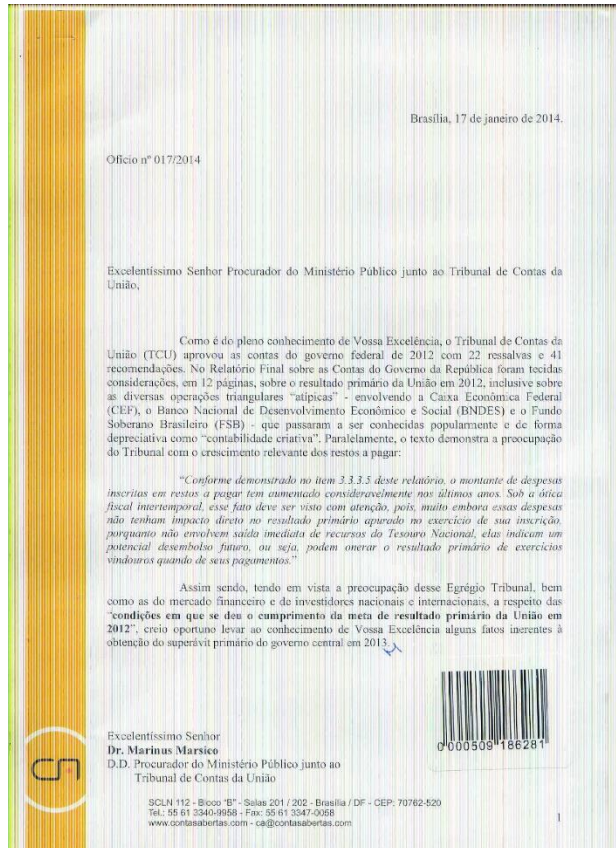
Sputnik International

THE WALL STREET JOURNAL.

Contas Abertas e os cursos para jornalistas



Contas Abertas e as “Pedaladas”



Contas Abertas e o “Meio Ambiente”



A relação das Organizações Sociais com os Tribunais de Contas



A transparência no Tribunal de Contas do Maranhão

“Vai nessa linha a recente decisão do Tribunal de Contas do Maranhão de dar publicidade às análises feitas nos processos de contas pelos auditores de controle externo, tão logo assinadas pelo gestor da unidade técnica, independentemente de qualquer julgamento, preliminar ou definitivo, pelo tribunal. Trata-se de documento público, produzido por servidores com atribuição legal e não há razão para sigilo.

Por incrível que pareça, isso é exceção nos tribunais de contas, incluído o Tribunal de Contas da União. A regra tem sido a publicidade apenas das decisões do tribunal, o que retira do cidadão – pagador dos impostos que mantêm essas caras estruturas – o direito de conhecer o inteiro teor dos processos.

À sociedade interessa saber tudo, o relatório de auditoria, as justificativas dos gestores, as análises sobre seus argumentos além, é claro, da decisão final, muitas vezes tomada apenas anos depois. O cidadão tem o direito de saber o quanto antes quem são os que não merecem sua confiança. A demora e a opacidade protegem os maus gestores e obstruem a democracia. Ora, se o processo criminal, muito mais gravoso para o acusado, é público, com muito mais razão deve ser o processo de controle externo.”

Júlio Marcelo de Oliveira

Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU e presidente da Associação Nacional do MP de Contas – AMPCON.

A transparência no Tribunal de Contas de Rondônia



NOTÍCIAS

QUEM SOMOS

O QUE FAZEMOS

CONTATO

04/11/2017

Seleção para Secretário Geral de TCE tem entrevista técnica com banca examinadora

Na última semana foi realizada, no Plenário do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO), a quarta das sete etapas do Processo Seletivo para o cargo de Secretário Geral de Controle Externo, constituída de uma sessão pública em que os oito candidatos selecionados participaram de entrevista técnica com banca examinadora.

Presidida pelo conselheiro Paulo Curi Neto e composta ainda pelos conselheiros Wilber Carlos dos Santos Coimbra e Benedito Antônio Alves, a banca examinadora contou também com a presença do procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC-RO), Adilson Moreira de Medeiros.

“Vigilantes da Gestão”, citada na matéria do Fantástico, domingo (05/11/2017)

Opinião do ativista social Sir Carvalho sobre os Tribunais de Contas



Clique [aqui](#) para assistir o vídeo

“Observatório Social de São José”, citado na matéria do Fantástico, domingo (05/11/2017)

*Opinião do ativista social
Jaime Klein sobre os
Tribunais de Contas*



Clique [aqui](#) para assistir o vídeo

[Portal](#) > [Institucional](#) > [Lei de Acesso à Informação](#) > [Solicitação de Informações](#)

Formulário

Pedido de Acesso à Informação

** Em caso de dúvidas, ligue para a Direção-Geral do TCE/RS através do telefone (51)3214-9798 entre 10h e 18h.*

Identificação

Anexar Documento de identificação*.

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Nome*:

*** Serão aceitos os seguintes documentos de identificação: carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional ou qualquer outro documento público que permita a identificação do solicitante. Deverão ser anexadas frente e verso do documento de identificação. Você pode anexar ambas em um único arquivo, ou então anexar individualmente frente e verso.**

O aprimoramento dos Tribunais de Contas

Dos 238 conselheiros, 47 tem ocorrências na Justiça ou nos TC's. Dentre eles, 12 foram condenados na Justiça ou nos TC's, 6 por improbidade administrativa e 1 por homicídio.



**Manifestação em MT
contra a indicação de José
Riva, com mais de 100
ações de improbidade
administrativa.**

Observação:

Levantamento sobre a vida pregressa de todos os 238 integrantes dos 34 Tribunais de Contas do País: 26 TCE e TC-DF; 4 TC's dos municípios (BA, CE, GO e PA); 2 TC's de capitais (RJ e SP).



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O TCU E A COPA DO MUNDO DE 2014

Relatório de situação

Relator
Ministro Valmir Campelo



Brasília, setembro de 2011

Matéria do Fantástico, domingo (05/11/2017)



“Os Tribunais de Contas brasileiros hoje, ou a maior parte deles pelo menos, são instituições absolutamente capturadas pelo que há de pior na política brasileira.”

PEC 22/2017 - PEC 40/2016 - PEC 329/2013 - PEC 75/2007

- **Onde há consenso?**

- 1 - SOCIEDADE DESEJA APRIMORAMENTO
- 2 - JUNÇÃO DAS PECS FACILITARIA A APROVAÇÃO
- 3 - MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS TÉCNICAS
- 4 - CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXISTENTES (Nível superior, ficha limpa, elegível)
- 5 - ÓRGÃOS DE CONTROLE PRECISAM SER CONTROLADOS
- 6 - AUTONOMIA DO MP DE CONTAS
- 7 - INDEPENDÊNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE AUDITORIA

- **Divergências:**

- 1 - CNTC OU CNJ/CNMP
- 2 - COMPOSIÇÃO DAS CORTES
- 3 - ATRIBUIÇÕES

Na Grécia Antiga, os administradores já prestavam contas. À época, a comunidade reunia-se na Ágora para examinar a contabilidade dos arcontes, embaixadores, generais e de todos aqueles que geriam verba proveniente dos impostos arrecadados. Desde então, já existia o controle social. No século XXI, a cidadania vem pela via digital. Quanto mais estiverem unidos os Controles Interno, Externo e Social, maior será a fiscalização das contas públicas, que é tão importante para a democracia quanto a liberdade de expressão.



gil@contasabertas.org.br

(61) 3347-0058

(61) 98414-7197